



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

258
FD

135

3ª Câmara Cível

Apelação Cível nº 140267-9

Apelante: REGINALDO FREIRE DE SANTANA

Apelado: AGF-BRASIL SEGUROS S.A.

Relator: Des. Tenório dos Santos

ACÓRDÃO

EMENTA. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SEGURO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA.

1. Quem deve responder perante o segurado pelo sinistro é a Empresa Seguradora que, durante a vigência do contrato, dê cobertura aos eventos danosos ocorridos. 2. Não há falar em responsabilidade de nova Seguradora pelos seguros pactuados duas décadas anteriores ao seu contrato de cobertura securitária. 3. Prescrição caracterizada, eis que o Segurado não pleiteou indenização no lapso temporal que determina o art. 178, §6º, II do CC/1916.

Apelo Improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0140267-9, em que é apelante e apelado, **Reginaldo Freire de Santana e AGF-Brasil Seguros S.A.**, acordam os Desembargadores



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

AP 140267-9

que compõem a 3ª Câmara Cível, por unanimidade **negar provimento ao apelo**, para manter íntegra a sentença recorrida, de acordo com o voto, notas taquigráficas e demais peças processuais.

Recife, 13/11/09.

Des. Tenório dos Santos

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

139
249

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0140267-9

APELANTE: REGINALDO FREIRE DE SANTANA (Advogado: Zenóbio Malaquias de Souza)

APELADA: AGF – BRASIL SEGUROS S/A (Advogada: Ana Teresa Marino Galvão)

RELATOR: DESEMBARGADOR SUBSTITUTO FRANCISCO MANOEL TENÓRIO DOS SANTOS

RELATÓRIO

Cuidam estes autos de apelação cível interposta à iniciativa de *REGINALDO FREIRE DE SANTANA* contra a r. sentença proferida pelo Excelentíssimo Juiz de Direito da 20.^a Vara Cível da Comarca do Recife, nos domínios da ação ordinária de cobrança promovida pelo apelante em desfavor da empresa apelada *AGF – BRASIL SEGUROS S/A*, o qual acolhendo suscitação de preliminar de ilegitimidade de parte passiva, extinguiu o feito originário sem resolução de mérito, na previsão do art. 267, VI do CPC.

Na consonância das razões subjacentes ao inconformismo, aduz o apelante, em remissão fática, que, pretende a condenação da sociedade empresária apelada ao pagamento do valor a que tem direito, no importe de R\$ 47.165,96 (quarenta e sete mil cento e sessenta e cinco reais e noventa e seis centavos), em razão de sua invalidez parcial, causada por acidente de automóvel, sinistro ocorrido em 11 de setembro de 1976, então sob a responsabilidade contratual da seguradora Atlântica Boa Vista.

Regularmente citada para ofertar a sua defesa, a demandada apelada o fez tempestivamente, arguindo preliminares de ilegitimidade passiva e prescrição, e no mérito a improcedência do pedido inicial, seguindo-se a apresentação de réplica e realização inexitosa de

1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

138
150
~

Audiência de Conciliação, deferida prova pericial, cujo laudo à fl. 128 destes fôlios fora analisado pelos litigantes às fls. 133/134 e 135/136, ocorrendo, em sucessivo, Audiência de Instrução e Julgamento e razões finais em forma de memoriais.

Após a entrega da prestação jurisdicional às fls. 184/187, o ora apelante interpôs embargos declaratórios com efeito modificativo por omissão sentencial, de pronto rejeitados, ajuizado em decorrência o presente recurso apelatório.

A título meritório, rebate o fundamento da tese monocrática, no sentido da impossibilidade de contratos de seguro responderem por eventos anteriores à sua vigência, eis que a invalidez parcial do recorrente já restou definitivamente caracterizada em 13.11.97, pela perda visual do olho esquerdo motivada por catarata traumática, daí a obrigação da recorrida, vez que firmara contrato securitário em 01.01.95, quase três anos antes da confirmação sinistral, posto que o acidente não pode ser considerado como data do sinistro.

Alega, ainda, já que raciocínio da sucessão das seguradoras resultou incontroversa, levantara apenas a questão da prescrição, ao tempo em que é de ser aplicado o CDC e a inversão do ônus da prova.

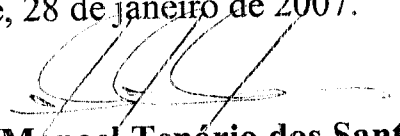
Requer a reforma da sentença.

Contra-razões às fls. 227/233.

É o relatório.

Autos ao Des. Revisor.

Recife, 28 de janeiro de 2007.


Des. **Francisco Manoel Tenório dos Santos**
Relator substituto



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

260
F
139

3ª Câmara Cível

Apelação Cível nº 140267-9

Apelante: REGINALDO FREIRE DE SANTANA

Apelado: AGF-BRASIL SEGUROS S.A.

Relator: Des. Tenório dos Santos

VOTO

Trata o presente, de Apelação Cível interposta por REGINALDO FREIRE DE SANTANA, irresignado contra a sentença de fls. 184/187 proferida pelo Juiz de direito da 20ª Vara Cível da Comarca do Recife na AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, que acolhendo a preliminar de ilegitimidade passiva levantada pela AGF-BRASIL SEGUROS S.A., extinguiu o feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267, VI, do CPC.

Verifico de logo, que objetiva o Apelante com a interposição do presente recurso, a reforma da sentença "a quo", ao argumento de que a querela jurídica desatou em plena desconformidade com os fatos emergentes dos autos e, sobretudo, com a legislação e entendimentos jurisprudenciais aplicáveis a matéria.

Aduzindo para tanto, que se pela documentação que carrou à peça inicial constata-se que só restou definitivamente caracterizada a sua invalidez parcial motivada pela catarata traumática, em 13.11.1997, não há dúvida de que a indenização solicitada, deveria ser como foi, à seguradora Apelada que firmara



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

261
P

140

AP 140267-9

contrato com a FACHEF desde 01.03.1995, ou seja, quase 03 (três) anos antes da configuração do sinistro (catarata traumática) e nunca como entendido, equivocadamente, pelo Julgador, quando afirmou justificando o seu posicionamento **"que o sinistro ocorreu na vigência de apólice de uma seguradora diversa da Ré, pelo que não há razão legal para que outra seguradora se responsabilize por tal sinistro"**.

Como também, que procura o Apelante em suas razões apelatórias renovar a tese **"de sucessão"**, que ventilou em sua Réplica de fls. 89/91 e, posteriormente, em suas Alegações Finais de fls. 176/181 e que, por omissão, foi deixada de ser apreciada pelo julgador e sua sanção, infrutiferamente, não conseguida nos Embargos Declaratórios que interpôs às fls. 192/199.

Uma vez que, a sucessão se vê constatada não só na resposta de fl. 59, endereçada pela Apelada à FACHESF informando apenas **"que o prazo da reclamação estava prescrito", visto que, o segurado se acidentou em 11.09.76, não comunicando a competente seguradora, vindo nos apresentar comunicação somente em 02.02.98"**.

Como também, no encaminhamento feito pela FACHESF à Seguradora Ré às fls. 57, do processo do sinistro ocorrido com o Segurado/Autor/Apelante.

E por fim, alega ainda o Apelante, que a prescrição tida pela Apelada como obstáculo para o pagamento do seguro e que foi objeto de outra preliminar suscitada por aquela em sua Contestação de fls. 66/79, pode ser facilmente descartada pelo simples fato de que,



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

AP 140267-9

262
SP
141

se só veio a ser confirmada a sua invalidez parcial em 13.11.1997, somente a partir de então é que poderia avisar do sinistro, como fez, em 30.01.1998 e somente a partir do conhecimento da recusa da seguradora em pagar a indenização em 26.02.1998 é que começaria a fluir o prazo prescricional para o ingresso em juízo da cobrança indenizatória.

Ocorre que, analisando os autos, pode por um lado observar que:

- É fato inconteste, que foi a violência do acidente automobilístico ocorrido em 11.09.1976, que provocou a lesão do olho do Autor levando-o a se submeter a uma série de tratamentos numa tentativa de recuperar a visão e que culminou com a constatação, de catarata traumática, após uma cirurgia sem sucesso, em 13.11.1997, da total perda visual do olho esquerdo.

Como por outro, concluir que:

- Se o seguro de pessoas, vida e acidentes pessoais é pactuado por um determinado lapso de tempo para cobrir os eventos danosos que ocorrerem durante o prazo contratual no mesmo estabelecimento, e se o prazo de vigência do contrato com a Seguradora Ré começou a fluir em 01.03.1995, não pode vir a mesma a ser compelida a pagar por conseqüências de um evento ocorrido 20 (vinte) anos antes que perdurem ou se manifestem depois, como ocorreu no caso em análise.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

AP 140267-9

Não há, portanto, como se dar guarida a pretensão ensejada pelo Apelante, de reforma da sentença e do reconhecimento da indenização securitária ora buscada.

E, em razão disso, tenho como correto e acertado o posicionamento adotado pelo Julgador Monocrático de Primeiro Grau, quando, ao admitir a ilegalidade passiva da Apelada, dado que o evento ocorreu em 1976, reconheceu que quem deve responder perante o Apelante pelo sinistro (perda da visão do olho esquerdo) é a Seguradora que dava cobertura aos filiados da FACHESF pelos eventos danosos ocorridos durante a vigência do contrato na época e nunca a Apelada, com quem pactuada seguro quase duas décadas depois.

Por sua vez, não há como prosperar a pretensão apelatória de reabertura do prazo para interposição da ação, por força da negativa da Seguradora Apelada em pagar a indenização e da prescrição anua prevista no art. 178, § 6º, II do CC/1916.

Visto que, embora alegue o Apelante que a invalidez parcial do olho esquerdo só tenha vindo a se constatar em 13.11.1997 e que, portanto, somente a partir daí é que poderia pleitear, administrativamente, o pagamento do seguro e que somente após tomar conhecimento da recusa pela Seguradora é que começaria a contagem do anuo para a cobrança judicial da indenização. Pois, o que restou efetivamente comprovado foi que, o Apelante nunca pleiteou o seguro a que tinha direito à Seguradora a que estava ligado como filiado da FACHESF, por ocasião do acidente quando teve deslocamento



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

AP 140267-9

264
88

143

da retina de ambos os olhos, via de consequência, a prescrição se consumou.

Ademais, concordar com a pretensão do Apelante, seria o mesmo que admitir que a prescrição nunca ocorreria, já que a qualquer tempo o prazo poderia ser reaberto. Bastando para tanto, que viesse o segurado a pleitear o pagamento do seguro e tomasse conhecimento da recusa da seguradora em fazer o seu pagamento.

Assim é que, diante de tudo que ficou acima exposto, que **voto pelo não provimento do apelo.**

É como voto.

Recife,


Des. Tenório dos Santos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO (REVISOR)

Tenho o mesmo entendimento do voto do relator – um voto, por sinal, muito bem circunstanciado -, onde ele esclarece todos os fatos e elementos orientadores da sua decisão, por isso eu acompanho o voto do desembargador relator.

DESEMBARGADOR ANTÔNIO CARLOS

Acompanho a turma.

DECISÃO

"POR UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO APELO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".